

21 DEZ 1992

**GAZETA MERCANTIL****Congresso continua o esforço concentrado para concluir pauta de votações**por Adriana Vasconcelos  
de Brasília

A Câmara dos Deputados e o Senado Federal continuam, nesta segunda-feira, o esforço concentrado deflagrado no final da semana passada, com o qual os parlamentares esperam limpar a pauta de votações da convocação extraordinária do Legislativo. O presidente do Congresso Nacional, senador Mauro Benevides (PMDB/CE), confirma que pelo menos dois itens devem ficar para a apreciação em janeiro: o ajuste fiscal e a proposta orçamentária da União para 1993.

Na avaliação de Benevides, caberá ao Executivo convocar o Congresso extraordinariamente em janeiro, possivelmente a partir do dia 11. "Acrédito que seja do interesse do governo ver aprovado o orçamento da União para o próximo ano, assim como o projeto de ajuste fiscal", comentou. Ele acredita que a iniciativa de convocação só partaria do próprio Legislativo, caso seja inviável a conclusão do julgamento final do processo de "impeachment" até o próximo dia 24.

Desde o final de setembro sem votar nenhum projeto importante, a Câmara e o Senado deflagraram na última quinta-feira um esforço concentrado que permitiu votar em apenas dois dias duas das principais propostas apresentadas pelo Executivo: a de política salarial e a que altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas. No Congresso Nacional, em uma só sessão na noite de



Mauro Benevides

quinta-feira, foram apreciados 46 pedidos de créditos suplementares, que somam mais de Cr\$ 85 trilhões, e medida provisória que estabelece gratificações para diversas categorias do funcionalismo público.

A Câmara dos Deputados só volta a deliberar na terça-feira, retomando a ordem do dia na última sexta-feira — que não chegou a ser apreciada por falta de quórum. Entre os projetos que devem ser votados estão o que estabelece as regras para realização do plebiscito sobre sistema de governo e o que institui a Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União.

O Senado inicia a semana deliberando sobre o acordo da dívida externa brasileira com os bancos credores privados. Na terça-feira será dado início ao julgamento final do presidente afastado, Fernando Collor de Mello. É possível que esse julgamento só seja concluído na quarta-feira.